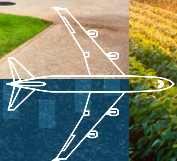




18R/36L 18C/36C
18L/36R
09/27



56455 666666
00000000250 25
2222222222222222

Agenda Legislativa Prioritária

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia



CREA
Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia



MUTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



2022

Democracia
Representatividade
Igualdade de Gênero



Mensagem do Presidente

A Engenharia avança na agenda parlamentar

A cadeia produtiva nacional conta com o protagonismo da Engenharia, da Agronomia e das Geociências. Por meio da ciência e da tecnologia, nossas profissões são fundamentais para a retomada da economia brasileira. É impossível abordar desenvolvimento econômico sem que haja um debate sobre a valorização e a importância estratégica dessas áreas do conhecimento. Nossas profissões são as que mais geram empregos, além de serem decisivas para a qualidade de vida e segurança da população. Nesse contexto, apresentamos a Agenda Parlamentar 2022, que tem como tema: “Desenvolvimento Nacional, Emprego e Geração de Renda”.

Observam-se grandes oportunidades para o Brasil. O índice de desemprego está alto e uma solução possível é investir em construção civil, uma das atividades que mais contratam, e rapidamente. Cada obra gera empregos. No Brasil, 40 milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico. Nós temos uma grande oportunidade para garantir saúde. Na questão habitacional, é o mesmo. No agronegócio, o campo tem feito um trabalho brilhante, basta ver a nossa balança comercial. Engenharia e Agronomia são estratégicas para o desenvolvimento de qualquer nação.

Assim, para a retomada do desenvolvimento do país é de suma importância o papel da Engenharia na agenda governamental. Nesse contexto, o Sistema Confea/Crea e Mútua busca, além de manter forte atuação no Congresso Nacional, uma maior aproximação com o Poder Executivo. Essa iniciativa leva em conta a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, cuja orientação para superar o desafio de aumentar a produtividade da economia brasileira é, justamente, aprimorar e intensificar os investimentos não só no âmbito da infraestrutura, mas também no campo da educação, com vistas ao aprimoramento do capital humano, em especial por meio do ensino da Engenharia.

Em 2021, obtivemos grandes conquistas, tanto no Congresso Nacional como no Poder Executivo, que não seriam possíveis não fosse a união, a mobilização e o foco das diversas lideranças profissionais, dos Creas e das entidades, em defesa das inúmeras pautas institucionais do Sistema. Fruto desse protagonismo alcançado, a presente publicação pretende, em caráter informativo, elencar de forma clara e objetiva, aos nossos profissionais, aos parlamentares e à sociedade, as proposições legislativas prioritárias de interesse do Sistema Confea/Crea e Mútua, e sobre a importância dessas ações estarem alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

É fundamental, portanto, que o diálogo permanente e democrático de sugestões acerca de posicionamentos correlatos ao Sistema, que visam, em primeiro lugar, proteger a sociedade, se constitua no melhor meio para que, coletivamente, seja possível construir um Brasil com mais infraestrutura, tecnologia, produtividade e desenvolvimento sustentável.



Engenheiro Civil Joel Krüger

Presidente do Confea

O Sistema Confea/Crea e Mútua está alinhado com os Objetivos Sustentáveis da ONU

OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

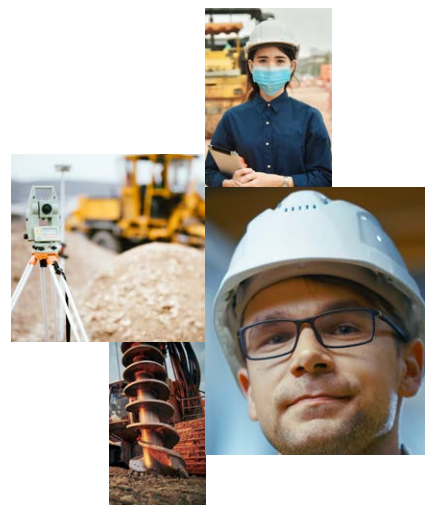




Sumário

| | |
|--|----|
| Desenvolvimento Nacional, Emprego e Geração de Renda | 5 |
| Proposições Legislativas Prioritárias de interesse do Sistema Confea/Crea e Mútua | 14 |
| Proposições Legislativas Monitoradas Pelo Sistema Confea/Crea e Mútua | 29 |
| Proposições que tramitam na Câmara dos Deputados | 29 |
| Proposições que tramitam no Senado Federal | 40 |
| Gráfico das proposições por modalidades, conforme divisão das Coordenadorias Especializadas do Sistema Confea/Crea | 43 |
| Composição do Plenário do Confea em 2022 | 44 |
| Presidentes de Creas em 2021-2023 | 50 |
| Diretoria Executiva da Mútua em 2021-2022 | 57 |
| Núcleo de Assessoria Parlamentar do Confea | 58 |

Desenvolvimento Nacional, Emprego e Geração de Renda



São notórias as mudanças e conquistas da humanidade oriundas das Engenharias, Agronomia e das Geociências, cujas profissões são essenciais para propor soluções inovadoras e sustentáveis.

A regulamentação das profissões vinculadas às Engenharias representa um avanço estratégico que resulta em segurança para a população. No entanto, todas as conquistas do Sistema Confea/Crea e Mútua devem ser preservadas ante as ameaças, envolvendo mudanças de leis e em determinados casos por disputas desleais no mercado de trabalho (informal).

Com o intuito de evidenciar a relevância do Conselho, sob a ótica da fiscalização é possível demonstrar por meio de números que aproximadamente 96% dos municípios brasileiros foram fiscalizados, resultando em mais de quinhentas mil ações de fiscalização. Trabalho este realizado por centenas de agentes fiscais, amparados por milhares de inspetores e conselheiros espalhados por todos os estados do país.

Já no campo da atuação profissional, é possível evidenciar a força de trabalho realizada pelos profissionais vinculados ao Sistema em que está retratada pela expressiva quantidade de emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), superando mais de cinco milhões de ART anuais.

Pelos números fica clara a responsabilidade das Engenharias, da Agronomia e das Geociências, traduzidas por mais de 1 milhão de registros profissionais e cerca de 300 mil registros de empresas.

Na temática sobre Engenharia e competitividade, é importante trabalhar com as variáveis da qualificação e à disposição no mercado de trabalho. Nesse sentido, pretende-se abordar sobre carreira e empregabilidade dos profissionais, discutindo-se para tanto piso salarial, valorização, novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a qualificação profissional.

Diante de um cenário de oportunidades, pretende-se priorizar a agenda legislativa deste ano, que aborde três eixos temáticos (Infraestrutura, Valorização e Qualificação) e que devam estimular a contratação de profissionais (geração de emprego e renda).

Em um dos eixos, é fundamental acompanhar de perto a discussão em torno de marcos regulatórios que pretendem, segundo a agenda do governo, destravar a economia e acelerar a retomada do crescimento.

Num segundo eixo, monitorar os projetos de lei em curso e que contenham, no seu escopo, a Valorização Profissional.

Num terceiro eixo, identificar as políticas públicas que permitam favorecer a Qualificação Profissional.

Investimento em infraestrutura como proporção do Produto Interno Bruto (PIB)

O setor de infraestrutura necessita das ações de planejamento do governo em longo prazo para que haja políticas sustentáveis para atrair novos investimentos a fim de enfrentar gargalos históricos. Dentro desse contexto, as profissões do Sistema Confea/Crea e Mútua são um importante capital humano para aceleração da economia.

A Engenharia, além estimular a ampliação e o contínuo aprimoramento da infraestrutura de forma geral, contribui para a melhor oferta de serviços oferecidos à sociedade. Muito dessa influência se deve ao fato de os profissionais da Engenharia estarem presentes em praticamente todas as áreas: construção civil, informática, telecomunicações, saúde (equipamentos), agricultura, segurança, energia, saneamento, máquinas, mobilidade urbana, meio ambiente, mineração, etc.

Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pode ser citada a construção civil por ser uma atividade que demanda intensivamente mão de obra, e muito pode contribuir para a geração de emprego e renda no país. Nos últimos 12 anos, teve investimentos na ordem de 809 bilhões de reais, o que representa aproximadamente 12,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse período, destaca-se o grande impacto na geração de emprego e renda, com 12,2 milhões de postos de trabalho ocupados, correspondendo a 13% de todos os trabalhadores brasileiros no período.

Por outro lado, o agronegócio tem ocupado nas últimas décadas posição de destaque no cenário econômico, e até mesmo por ocasião da pandemia do coronavírus, foi o único setor a crescer. Tanto que a participação do setor agrícola em 2020 foi de 26,6% do PIB, correspondente ao montante de quase 2 trilhões de reais, capitaneados pelos segmentos de insumos agrícolas e pela alta dos preços dos produtos no mercado nacional e internacional. Em 2021 chegou-se a 28% do PIB, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP).

Embora seja reconhecido o importante papel desempenhado pelos investimentos em infraestrutura no processo de desenvolvimento econômico, nos últimos anos assistiu-se a uma diminuição dos investimentos em capital público no Brasil. Os números ilustram esse cenário. Durante a década de 1970, a relação entre os investimentos públicos e o PIB, que era de, em média, 5,42%, caiu para menos de 2% após o ano 2000. O resultado dessa queda gerou, nesse mesmo sentido, uma queda de produtividade da economia brasileira, sobretudo no decorrer da década de 1980.

Diante da diminuição do investimento público, a alternativa tem sido os instrumentos de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para a política de investimento e serviços. O cenário para 2022, segundo economistas, é promissor, e os investimentos privados em infraestrutura devem seguir uma trajetória de crescimento.

Um estudo recente, realizado pela consultoria Pezco Economics, estimou que deveria ter um investimento de R\$ 339 bilhões por ano até 2038 para colocar a infraestrutura do Brasil entre as 20 melhores do mundo no ranking de competitividade global do Fórum Econômico Mundial (WEF). Em 2020, os investimentos totalizaram R\$ 115,8 bilhões, equivalente a 1,55% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. A Índia, com gargalos parecidos com os brasileiros, injeta anualmente 6% do PIB em infraestrutura.

Porém, não basta somente recursos. Para o bom uso dos investimentos, é indispensável a elaboração de bons projetos, que atendam as demandas do país, para as quais os engenheiros, agrônomos e os profissionais das geociências são capacitados para elaborar estratégias mais adequadas para maximizar recursos, ampliando os benefícios à população e reduzindo os desperdícios.

Das carreiras profissionais

A carreira de Engenharia apresentou muitas mudanças ao longo dos anos. Enquanto no século 18, durante a Revolução Industrial, o grande avanço foi a substituição da força de trabalho humano pelas máquinas a vapor, no século 21, o grande desafio é reconfigurar o trabalho humano para atender às necessidades da indústria 4.0.

O mercado exige um novo perfil de engenheiro, preparado para transformar o conhecimento científico em tecnologia e apto a adotar as melhores práticas da Engenharia, com o intuito de oferecer soluções aos problemas e obter melhores índices de produtividade.

Desde 1966, o Salário Mínimo Profissional (SMP) foi instituído pela Lei 4950-A/66 com objetivo de garantir aos engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e médicos veterinários um salário mínimo proporcional à jornada de trabalho e à duração do curso no qual o profissional se graduou, com intuito de promover a valorização profissional.

O fortalecimento da Engenharia é determinante para que o país seja mais inovador, e é fundamental que haja mais interação entre as universidades e empresas. Em virtude dessa pauta, discute-se no Sistema a reestruturação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Engenharia, por meio de uma comissão, coordenada pelo Conselho

Nacional de Educação (CNE), junto com os setores acadêmico (representados pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia – Abenge) e empresarial (por meio da Mobilização Empresarial pela Inovação, fórum da Confederação Nacional da Indústria – MEI/CNI), apresentando contribuições para as novas diretrizes, objetivando a formação por competências, visão holística, além da atuação inovadora e empreendedora.

Tamanha a relevância da formação de engenheiros, que é importante citar, que um dos desafios elencados para aumentar a produtividade da economia brasileira, segundo a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil

(2020-2031), é aprimorar e intensificar os investimentos em educação, para aprimoramento do capital humano, em especial por meio do ensino de Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática – STEM (sigla em inglês para *Science, Technology, Engineering e Mathematics*), no país.

Também não é possível abster-se de falar sobre a qualificação profissional, que, de acordo com um estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as taxas de desemprego não serão mais a base para avaliar a temperatura de uma economia, mas sim quantos profissionais qualificados estão empregados. O motivo é o envelhecimento da população, algo que inicialmente afeta principalmente os países com economias consolidadas, mas que chegará em breve à América Latina e à Ásia. A tendência é que o profissional tenha uma longa vida laboral, calculando seu tempo de contribuição a partir das expectativas de vida de cada país.

O tema da qualificação profissional é muito importante para o Conselho, uma vez que vencida a discussão sobre a não existência do apagão na Engenharia, existem outros problemas que afetam a carreira do engenheiro. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que avaliou o mercado da Engenharia sob a percepção dos agentes econômicos, quem contrata está muito preocupado com a qualidade dos engenheiros. Também detectou que existe um hiato geracional, que dificulta a contratação de profissionais experientes para liderar projetos e obras, além de déficits em competências específicas e em regiões localizadas.

O Sistema Confea/Creia e Mútua tem tido como meta fortalecer a qualificação dos profissionais mediante projetos para contribuir para a empregabilidade e apoio à educação continuada dos profissionais. E entre muitas dessas iniciativas, uma delas trata de impulsionar o uso do *Building Information Modeling* (BIM) no Brasil, na medida em que traz a segurança de ser a base da transformação digital no setor de Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC). Une esforços ao setor público nas ações de desdobramentos da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM –

Estratégia BIM BR, do governo federal e da Frente Parlamentar do BIM – FPBIM, e ao setor privado, no âmbito do BIM Fórum Brasil, visando ao desenvolvimento de ações estruturantes para a Engenharia brasileira. Para o setor público, essa aliança traz potencialmente maior economicidade para as compras públicas e maior transparência aos processos licitatórios, além de contribuir para a otimização de processos de manutenção e gerenciamento de ativos.

Temas legislativos que podem alavancar contratações (emprego e renda)

É de suma importância ressaltar que a salvaguarda do que já foi conquistado pelas Engenharias, Agronomia e Geociências, no que tange a condições de trabalho, atribuições e até a mesmo a manutenção do mínimo profissional, decorre de uma atuação parlamentar precisa e contundente.

Por isso, a presente Agenda Legislativa tem o condão de alinhar o foco de todos que integram o Sistema Confea/ Crea e Mútua para a decisiva missão de aperfeiçoar o arcabouço legal brasileiro em prol das profissões e profissionais.

Entre os diversos Projetos de Lei em curso, destacam-se algumas das proposições prioritárias do Sistema Confea/ Crea e Mútua, cujas matérias tratam da valorização dos profissionais, e sendo por essa razão de extrema relevância, visto serem potencialmente geradoras de mais empregos e/ou renda:

- **PLC 13/2013**, que cria a Carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos em todos os níveis de governo;
- **PL 6014/2013**, que dispõe sobre a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite);
- **PL 31/2014**, que estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial;
- **PLS 303/2018**, que cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União;

- **PL 541/2020**, que estabelece diretrizes gerais da política urbana para incluir a diretriz de simplificação e desburocratização de normas edilícias e processos correlatos;
- **PL 626/2020**, que trata das denominações das atividades ligadas à Engenharia (Títulos Profissionais);
- **PL 435/2021**, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 4.950-A para os diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica;
- **PL 658/2021**, que dispõe sobre a produção de Bio-insumos e produção *on farm*.

E não são apenas os Projetos de Lei mencionados acima que constam no radar do Sistema, mas, igualmente e entre outros, a padronização de mecanismos regulatórios como instrumentos para atração de investimentos em obras e desenvolvimento econômico. É possível citar a recente aprovação dos marcos regulatórios do saneamento, ferrovias, cabotagem e energia distribuída, os quais já antecipam expectativas de grandes empreendimentos, cujo reflexo direto será um número maior de oportunidades para os engenheiros brasileiros. Nessa mesma direção existe um olhar para outros temas regulatórios importantes para a Engenharia, sobretudo aqueles que abordam sobre licenciamento ambiental, regularização fundiária, mineração, infraestrutura hídrica, entre outros.

Nesse contexto cita-se, por exemplo, a forte atuação do Confea/Crea e Mútua em torno da aprovação do Projeto de Lei 5829/2019, e que veio a instituir o marco legal da micro e minigeração de energia, sancionado no início deste ano (2022), tendo como objetivo a melhoria do setor elétrico e do meio ambiente, além da criação de novos empregos e renda para engenheiros.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), há uma estimativa de que, em 2022, a fonte solar fotovoltaica deverá trazer cerca de R\$ 50,8 bilhões de investimentos privados ao Brasil e gerar mais de

357 mil novos empregos, espalhados por todas as regiões do país.

O Brasil deve seguir, portanto, uma estratégia de inovação capaz de estimular suas vantagens competitivas em uma nova economia industrial, e necessita do protagonismo da Engenharia para avançar.

Até porque não há como olhar para o futuro de uma sociedade sem associá-lo à capacidade transformadora e inovadora que a Engenharia promove.

Por fim, requer-se do Sistema Profissional uma atuação efetiva e permanente, gerando para tanto um diálogo de suas lideranças com o Legislativo e Executivo, em prol da agenda legislativa prioritária.



Proposições Legislativas Prioritárias de interesse do Sistema Confea/ Crea e Mútua

PL 6014/2013 – INSPEÇÃO PREDIAL

Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).

SITUAÇÃO

Pronta para pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Parecer do relator dep. Luizão Goulart (REPUBLIC/PR) pela aprovação com substitutivo, conforme Decisão Plenária nº 0730/2014 e apontamentos do Sistema Confea/Crea.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 25/11/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 0730/2014, decidiu por unanimidade manifestar-se favoravelmente com ressalva, sobretudo com a proposta de um rol taxativo exarado no Art. 6º da proposição, que deve ser fiscalizado e verificado no Lite.

PLC 13/2013 – CARREIRA DE ESTADO

Caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

As mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 19/1998, conhecida com Emenda da Reforma Administrativa, produziram significativas consequências na administração pública brasileira. Foi essa emenda que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado”. A presente proposição visa garantir aos profissionais da Engenharia e da Arquitetura nacionais a condição de carreira típica de Estado, por ser medida justa e merecida. Em todas as atividades da economia nacional, é insubstituível a presença desses profissionais.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário do Senado Federal aguardando ser incluída na pauta para votação.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 01/09/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 2646/2012, deliberou por unanimidade manifestar-se favoravelmente à proposição, por entender que "A participação de Engenheiros e Agrônomos tem mudado a feição do país, ao planejar e executar as mais importantes obras de transformação das cidades, no campo da hidroeletricidade e na própria interiorização do progresso. As repercussões dessa presença e atuação mudaram o Brasil, dando-nos condições de perseguir uma nação mais justa, com um Estado forte e hegemônico".

PLC 105/2013 – REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECÓLOGO

Define ecólogo como a designação do profissional de nível superior, com perfil interdisciplinar, relacionado ao campo da Ecologia, dos ecossistemas, de seus componentes e suas relações e interações em diversas escalas espaciais e temporais; dispõe por quem a profissão de Ecólogo será exercida; nega o exercício da profissão de Ecólogo aos habilitados em cursos por correspondência; o ecólogo cujo diploma esteja devidamente registrado de acordo com a legislação de educação superior poderá exercer livremente sua profissão em todo o território nacional; o certificado de registro deverá ser exigido pelas autoridades federais, estaduais, municipais e particulares para realização de contratos, inscrição em concursos e termos de posse.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – Ctas, após parecer do relator dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG), que opina pela aprovação da proposição. O Projeto de Lei está pronto para ser votado na Ctas.

POSICIONAMENTO DIVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 1573/2012, decidiu por unanimidade manifestar-se contrariamente à proposição em todos os seus termos.

PLC 31/2014 – MANUTENÇÃO PREDIAL

Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.

SITUAÇÃO

Aguardando parecer do relator senador Márcio Bittar (PSL-AC) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 06/06/2019.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 6619/2016 – OBRIGATORIEDADE DO *BUILDING INFORMATION MODEL* (BIM)

Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM – *Building Information Model*, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de Engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando designação de relator.

A proposição foi desarquivada em 19/02/2019.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 20/02/2019.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 3451/2019 – MÍNIMO LEGAL

Revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se apensada ao PL 2861/2008 e pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Última movimentação antes da publicação desta agenda: 06/08/2019.

POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Revogação do salário mínimo profissional.

PL 626/2020 – TÍTULOS PROFISSIONAIS

Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional.

SITUAÇÃO

Pronta para pauta na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados. Parecer da relatora dep. Erika Kokay (PT/DF) pela aprovação. Última movimentação antes da publicação desta agenda: 02/12/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 2283/2021 – AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Estabelece procedimentos para avaliação de imóveis destinados a órgãos e entidades da administração pública federal no âmbito dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público, inclusive de empresas estatais ou sociedades de economia mista.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Fábio Reis (MDB-SE).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/09/2021.

POSICIONAMENTO **CONVERGENTE** 

PL 3169/2021 – RESIDÊNCIA TÉCNICA

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Federal.

SITUAÇÃO

O Projeto de Lei ainda não tramitou, foi apenas apresentado pela autora dep. Leandre (PV-PR).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 15/09/2021.

POSICIONAMENTO **CONVERGENTE** 

PL 2323/2021 – RETOMADA DAS OBRAS PARALISADAS

Dispõe sobre a retomada de convênios e demais termos jurídicos atinentes às obras públicas, que tenham sido iniciadas e estejam inconclusas até o final do exercício financeiro de 2018, em caráter emergencial, para fins de reinício e conclusão, e define parâmetros de retomada de licitações e de execuções de obra. Além disso, autoriza aportes financeiros, inclusive dos que se encontrem retidos em contas bancárias destinadas às respectivas obras públicas e complementos, mediante emendas parlamentares e autoriza a celebração de parcerias, ajustes, transações, conciliações, programas e demais instrumentos jurídicos de natureza emergencial com Estados, Municípios e o Distrito Federal, para fins de reinício ou início, conforme o caso, das obras públicas paralisadas.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Heitor Schuch (PSB-RS).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/11/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE



PL 9818/2018 – REVOGA PRERROGATIVAS DO CAU

Revoga a prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) de definir área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas, e áreas de atuação compartilhada, revogando os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

Ao estabelecer que apenas por força de lei o princípio do livre exercício profissional poderia ser limitado, o legislador constituinte pretendeu impedir que ações corporativas fossem praticadas. A Resolução 51 do CAU/BR

é o exemplo fático da importância dos dispositivos constitucionais, pois definiu atividades compartilhadas com outras profissões como sendo privativas de arquitetos e urbanistas.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando parecer do relator dep. Gilson Marques (NOVO/SC). Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) foi aprovado o parecer da relatora dep. Flávia Moraes (PDT/GO) com complementação de voto. O substitutivo aprovado foi acordado pelo Confea e CAU.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 01/09/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, na Decisão Plenária nº 2228/2019, decidiu por unanimidade manifestar favoravelmente ao substitutivo votado na Ctasp.

PDC 901/2018 – SUSTA OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 51/2013 DO CAU

Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Ctasp aguardando deliberação. O Parecer do relator dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG) é pela aprovação da proposição.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 10/09/2019.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Conforme acordo proposto entre o Confea, entidades e associações com o CAU, a resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo deverá ser editada, sem uso de termos alusivos à reserva de mercado, tais como “privativo” ou “restrito”.

PL 11040/2018 – “NASCE UMA CRIANÇA, PLANTA-SE UMA ÁRVORE”

Institui o “Projeto nasce uma criança, planta-se uma árvore” que dispõe sobre medidas para a promoção, preservação do meio ambiente e educação ambiental por meio do plantio de uma muda de árvore, ornamental ou frutífera, a cada registro de nascimento de criança na rede pública de saúde do município.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando votação do parecer do relator dep. Pedro Lupion (DEM-PR).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 22/06/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Ressalva quanto ao lugar de produção das mudas e com orientação do engenheiro habilitado.

PL 617/2019 – SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES

Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências, regulamentando repasses de verba às entidades de classe integradas por profissionais inscritos no Sistema Confea/Creia.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Alexis Fonteyne (NOVO/SP).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 13/04/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O repasse de porcentagem da arrecadação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e das multas é bem quisto pelo Sistema Confea/Crea, porém, a revogação do artigo 62 da Lei 5.194/1966 não, pois retiraria a representatividade das entidades nos plenários dos Creas.

PL 1171/2019 – VEDAÇÃO AO EAD

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para vedar a educação a distância nos cursos de graduação da área da saúde, das Engenharias, e de Arquitetura e Urbanismo.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados aguardando parecer da relatora deputada professora Marcivania (PCdoB-AP).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 15/12/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 1.024/2020 – FEDERALIZAÇÃO

Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro e engenheira agrônomo.

A proposição, de autoria do governo brasileiro, visa estipular prazo aos regionais para o registro de profissionais e empresas no Sistema Confea/Crea, propõe ainda a federalização do Plenário do Confea, com um representante de cada estado da Federação e um do Distrito Federal, um representante das instituições de ensino de Engenharia, um representante das instituições de ensino de Agronomia e um tecnólogo.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando votação do parecer do dep. Rogério Correia (PT-MG).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 13/12/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 1905/2021, decidiu manifestar-se favoravelmente com ressalva, apresentando proposta de substitutivo do parecer do dep. Rogério Correia (PT-MG).

PDL 304/2020 – SUSTA OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 101/2020 DO CFT

Susta dispositivos da Resolução nº 101, de 4 de junho de 2020, que disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos técnicos industriais com habilitação em Mecânica.

SITUAÇÃO

Aguardando parecer do relator dep. Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 24/03/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 4006/2021 – FACULTA O PAGAMENTO DAS ANUIDADES

Torna facultativo o pagamento de anuidades aos conselhos profissionais.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados, apensada ao PL 7050/2017, aguardando parecer do relator dep. Mauro Nazif (PSB-RO).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/03/2021.

POSICIONAMENTO DIVERGENTE

A proposta inviabilizaria economicamente o Sistema Confea/Crea e Mútua.

PL 6699/2002 – CRIMINALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO ILEGAL

Inclui como crime contra a saúde pública o exercício ilegal da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo.

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando entrar na pauta de votação.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/03/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 750/2002, decidiu por unanimidade manifestar-se favoravelmente à proposição em todos os seus termos.

PLS 214/2015 – EXCLUSÃO DA SILVICULTURA DAS ATIVIDADES POLUIDORAS

Altera a Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), em seu Anexo VIII (atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais), para excluir a silvicultura da tabela descritiva.

SITUAÇÃO

Aguardando votação do parecer do relator senador Roberto Rocha (PSDB-MA) na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 03/03/2020.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PLS 303/2018 – EAGU

Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.

A criação da EAGU chamaria para si todos os assuntos pertinentes à Engenharia, à Arquitetura e Urbanismo,

às Ciências Tecnológicas e Inovações Tecnológicas, à Informática, à Ciência da Informação, à Tecnologia da Informação e afins, no âmbito do Estado brasileiro, emitindo normas, pareceres, diretrizes e esclarecimentos públicos, tendo por objetivo evitar o malfeito e a crescente judicialização, respeitando as diretrizes dos Conselhos de Classes pertinentes.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aguardando parecer do relator sen. Eduardo Braga (MDB/AM).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/10/2019.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 2633/2020 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

SITUAÇÃO

Aguardando votação do parecer com substitutivo do relator senador Carlos Fávaro (PSD-MT) simultaneamente na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 14/12/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Inicialmente, a proposta mencionava o TRT como único documento de responsabilidade técnica, que é do Sistema CFT/CRT. A Apar identificou a ausência da ART e atuou para incluir no relatório de plenário na Câmara dos Deputados a obrigação da Anotação de Responsabilidade Técnica. A ação da Apar surtiu efeito e o parecer de Plenário do dep. Marcelo Ramos (PL/AM) contemplou o documento do Sistema Confea/Crea.

PL 2159/2021 (ORIGEM PL 3729/2004 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS) – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente.

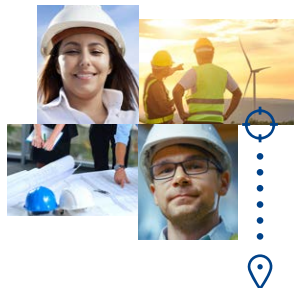
SITUAÇÃO

Aguardando parecer da relatora senadora Kátia Abreu (PP-TO) simultaneamente na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 16/12/2021.

POSICIONAMENTO CONVERGENTE

O Plenário do Confea, em Decisão Plenária nº 1311/2005, decidiu manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei.



Proposições Legislativas Monitoradas pelo Sistema Confea/Crea e Mútua

As proposições elencadas a seguir estão sendo monitoradas pelo Confea e, dada a relevância dos temas, passam a constar na Agenda Legislativa Prioritária, embora ainda não tenham posicionamento oficial. Há proposições em fase de consolidação de relatório que contam com o apoio técnico do Confea e outras que ainda estão sob análise interna.

Proposições que tramitam na Câmara dos Deputados:

PL 6299/2002 – REGULA DEFENSIVOS FITOSSANITÁRIOS

Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando pauta na ordem do dia para ser votada. Há 45 Projetos de Lei apensados a essa proposição.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 16/12/2021.

PL 2245/2007 – REGULAMENTAÇÃO DOS TECNÓLOGOS

Regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando deliberação quanto aos Recursos n. 193 e 194/2013, contrários à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 25/08/2021.

PL 6179/2009 – BACHARELADO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando designação de relator.

A proposição foi desarquivada em 19/02/2019.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 19/02/2019.

PL 2043/2011 – REGULAMENTAÇÃO DOS PAISAGISTAS

Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando deliberação quanto ao Recurso nº 34/2019, contrário à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 05/11/2019.

PL 3661/2012 – REGULAMENTAÇÃO DE TÉCNICO, TECNÓLOGO E BACHAREL EM CIÊNCIAS RADIOLÓGICAS

Altera a Lei nº 7394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de técnico e tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas; revoga dispositivos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aguardando parecer do relator dep. Pedro Westphalen (PP-RS).

PL 5680/2013 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS FEDERAIS E REGIONAIS

Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional, por votação direta, obrigatória e secreta.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando parecer do relator dep. Vitor Hugo (PSL-GO). A demanda foi arquivada no ano de 2019 e desarquivada no mesmo ano, porém, permaneceu inerte até a escolha do novo relator em junho de 2021.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 21/06/2021.

PL 3065/2015 – REGULAMENTAÇÃO DE ENGENHEIRO DE SISTEMAS

Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de analista de sistemas, desenvolvedor, engenheiro de sistemas, analista de redes, administrador de Banco de Dados, suporte e suas correlatas, e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando votação do parecer do relator dep. Sílvio Costa Filho (REPUBLIC.-PE). Parecer pela rejeição da proposta.

PL 5664/2016 – SISTEMA DE OBRAS PÚBLICAS (SISOP)

Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Lucas Vergilio (SOLIDARI-GO).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 05/09/2019.

PL 6670/2016 – REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS

Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – Pnara.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando designação do relator.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 23/05/2019.

PL 11247/2018 – POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Dispõe sobre a ampliação das atribuições institucionais relacionadas à Política Energética Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento da geração de energia elétrica a partir de fonte eólica localizada nas águas interiores, no mar territorial e na zona econômica exclusiva, e da geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica.

SITUAÇÃO

Aguardando parecer do relator dep. Zé Vitor (PR-MG) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cmads) da Câmara dos Deputados. O projeto já foi votado no Senado.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 23/11/2021.

PLP 547/2018 – FLUXO ORÇAMENTÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de Engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aguardando designação do relator.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 03/11/2021.

PL 3979/2019 – REGULAMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados, aguardando parecer do relator dep. Rogério Correia (PT-MG). Há 08 (oito) proposições apensadas a este Projeto de Lei, que visam reduzir temporariamente os valores das anuidades dos Conselhos Profissionais durante o período pandêmico.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 29/11/2021.

PL 6123/2019 – ENERGIA FOTOVOLTAICA

Institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Solar Fotovoltaica Conectada a Sistemas de Eletromobilidade sobre Trilhos (Pneset) para o transporte de passageiros por metrô, trens, trólebus, veículos leves sobre trilhos (VLT) e monotrilhos urbano e metropolitano; altera a Lei nº 11.033/2004.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Viação e Transportes (CVT) aguardando parecer do relator dep. Hugo Motta (REPUBLIC.-PB).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 06/04/2021.

PL 5465/2019 – RASTREABILIDADE DOS RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre a rastreabilidade dos resíduos de agrotóxicos ao longo da cadeia produtiva de vegetais frescos destinados à alimentação humana.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr) aguardando votação. O parecer da relatora dep. Aline Sleutjes (PSL-PR) é pela rejeição da proposição.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 16/11/2021

PEC 45/2019 – REFORMA TRIBUTÁRIA

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando ordem do dia para votação.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 04/05/2021.

PL 313/2019 – ISENÇÃO DA ANUIDADE PARA OS PROFISSIONAIS MAIORES DE 65 ANOS

Isenta de contribuições corporativas os profissionais maiores de 65 anos.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Mauro Nazif (PSB/RO). Proposição apensada ao PL 7050/2017. Última movimentação antes da publicação desta agenda: 14/12/2021.

PL 4407/2020 – PROFISSÃO DE ENGENHEIRO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

Dispõe sobre a profissão de engenheiro de segurança contra incêndios e dá outras providências.

SITUAÇÃO

Pronta para pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados. Parecer do relator dep. Vicentinho (PT/SP) pela aprovação. Última movimentação antes da publicação desta agenda: 23/11/2021.

PL 541/2020 – DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, para incluir a diretriz de simplificação e desburocratização de normas edículas e processos correlatos.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relator. Última movimentação antes da publicação desta agenda: 14/07/2021.

PL 3887/2020 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS – CBS

Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, e altera a legislação tributária federal.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator dep. Luiz Carlos Motta (PL-SP).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 25/06/2021.

PL 658/2021 – REGULAMENTA A PRODUÇÃO DE BIOINSUMOS

Dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico *on farm*; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aguardando parecer do relator dep. Sérgio Souza (MDB-PR).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 19/12/2021.

PL 435/2021 – MÍNIMO LEGAL PARA OS GEÓLOGOS

Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando parecer do relator dep. Darci de Matos (PSD/SC).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 14/12/2021.

PL 2168/2021 – DERRUBADA DE VEGETAÇÃO EM APPS

Permite a derrubada de vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APPs) para a construção de represas ou barragens que tenham como objetivo acumular água para a irrigação de plantações ou para hidratação de animais.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr) aguardando votação. Parecer do relator dep. Juarez Costa (MDB-MT) é pela aprovação com substitutivo da proposição.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 07/12/2021.

PL 565/2021 – VERIFICAÇÃO DO EXCESSO DE PESO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a verificação do excesso de peso de veículos automotores.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando designação de relator. Apensada ao PL 6580/2013.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 26/04/2021.

PLP 86/2021 – SIMPLES NACIONAL PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para englobar no Simples Nacional a atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista e como microempreendedores individuais (MEI) os engenheiros civis.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aguardando parecer da relatora dep. Celina Leão (PP-DF). Apensada ao PLP 30/2021.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 09/06/2021.

PL 976/2021 – POLÍTICA NACIONAL DE CIDADES INTELIGENTES (PNCI)

Institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, e dispõe sobre os princípios e diretrizes que a nortearão, os seus objetivos, as ações a serem realizadas e os recursos alocáveis.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aguardando parecer do relator dep. Júlio César (PSD-PI).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 30/11/2021.

PL 4546/2021 – POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Proposição de autoria do Poder Executivo.

SITUAÇÃO

A proposta foi encaminhada para a Câmara dos Deputados no final do ano de 2021 e ainda não tramitou.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 16/12/2021.

Proposições que tramitam no Senado Federal:

PLC 65/2016 – CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS POR EMPRESAS ESPECIALIZADAS

Dispõe sobre a atividade de serviços de imunização e controle de vetores e pragas por empresas especializadas e estabelece definições e condições gerais para o seu funcionamento, a fim de garantir o controle de vetores e pragas, o bem-estar da população, a segurança do trabalhador e da população, a segurança do serviço prestado, de minimizar o impacto ao meio ambiente e à saúde pública e de evitar prejuízos econômicos a terceiros.

SITUAÇÃO

Aguardando parecer do relator senador Eduardo Gomes (MDB-TO), no plenário do Senado Federal.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 15/09/2021.

PLS 353/2017 – NORMAS GERAIS SOBRE AGRICULTURA URBANA SUSTENTÁVEL

Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, definida como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aguardando parecer da relatora senadora Zenaide Maia (PROS-RN). O PLC 182/2017 tramita apensado a essa proposição.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 23/09/2021.

PL 4146/2019 – ALTERA A LEI DOS AGROTÓXICOS

Introduz, na Lei dos Agrotóxicos, conceitos relativos a produto novo, produto equivalente (genérico) e avaliação de risco, de forma a sanar interpretações dissonantes da norma. Regulamenta o procedimento de avaliação de risco, que compreende quatro etapas: 1) identificação do perigo; 2) caracterização do perigo (incluindo avaliação dose-resposta); 3) avaliação da exposição; e 4) caracterização do risco. Por fim, trata do registro de agrotóxicos, seus componentes e afins.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aguardando designação de relator.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 25/02/2021.

PL 3515/2019 – REGULAMENTA A PROFISSÃO DE GESTOR AMBIENTAL

Cria requisitos para o exercício da profissão de gestor ambiental, relativos à sua formação e ao seu registro em Conselho de Administração, elenca campos de atuação profissional e dispõe sobre os direitos autorais e a responsabilidade pelos projetos e planos.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aguardando designação de relator.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 17/03/2021.

PL 1280/2019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO POR PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Facilita a aquisição de veículo utilitário ao profissional de ciências agrárias (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário, zootecnista, etc.) mediante condições especiais de financiamento com entidades integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.

SITUAÇÃO

A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aguardando votação e parecer do relator senador Jorginho Mello (PL-SC), pela aprovação da matéria.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 25/09/2020.

PL 4176/2020 – REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ENGENHEIRO CLÍNICO

Regulamenta a profissão de engenheiro clínico, que atua com equipamentos de uso em saúde.

SITUAÇÃO

O Projeto de Lei ainda não tramitou, foi apenas apresentado no Plenário do Senado Federal pelo autor senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB).

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 12/08/2020.

PL 2646/2020 – DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Dispõe sobre a emissão de debêntures de infraestrutura por sociedades de propósito específico, concessionárias, permissionárias, autorizatárias ou arrendatárias, constituídas sob a forma de sociedade por ações. Altera normas relativas aos Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE), Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e Fundos Incentivados de Investimento em Infraestrutura (FI-Infra).

SITUAÇÃO

Aguardando parecer do relator senador Wellington Fagundes (PL-MT), no Plenário do Senado Federal.

Última movimentação antes da publicação desta agenda: 08/07/2021.

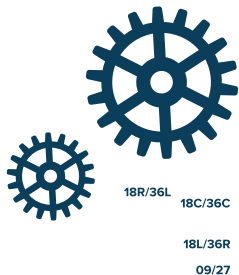
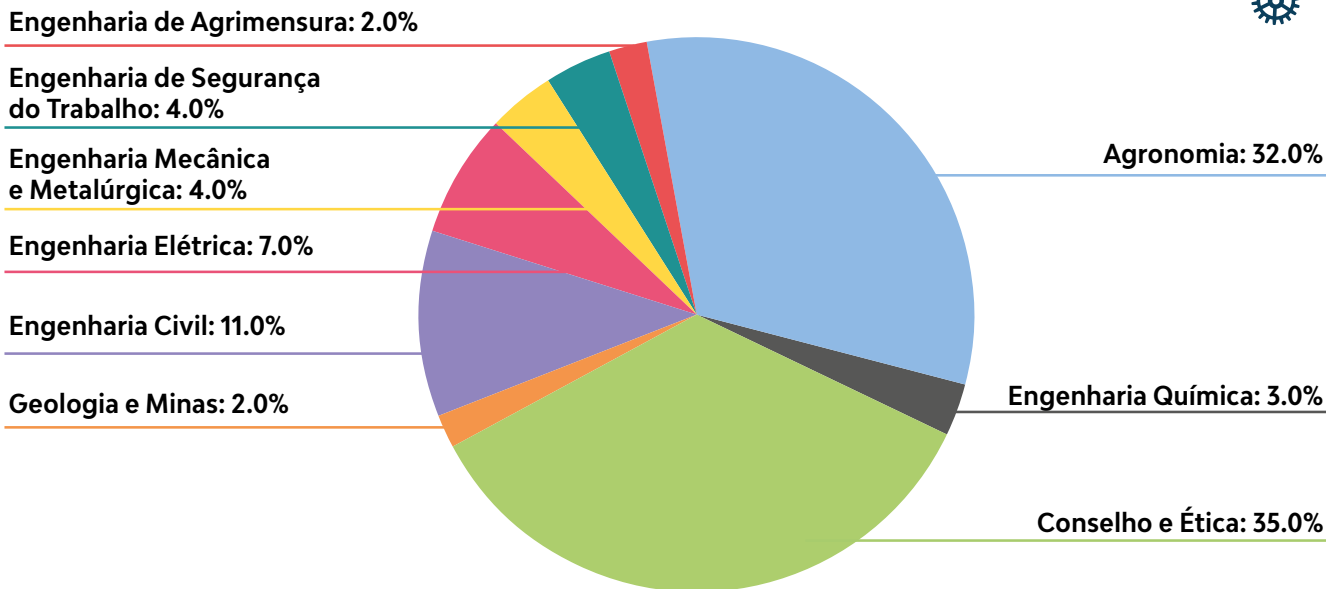
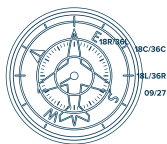


Gráfico das proposições por modalidades, conforme divisão das Coordenadorias Especializadas do Sistema Confea/Crea





Composição do Plenário do Confea em 2022 (em ordem alfabética)

Presidente do Confea



Joel Krüger

Título profissional: Engenheiro civil

Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023

Contato: presidencia@confea.org.br

Conselheiros Federais (em ordem alfabética)



Andréa B. da Rocha

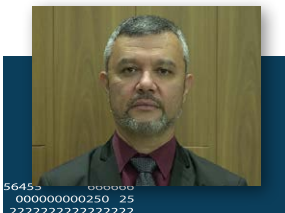
Título profissional: Engenheira agrônoma

Representação: Rio Grande do Sul - Agronomia

Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023

Contato: cons.andrea@confea.org.br

Suplente: Luiz Cláudio Ziulkoski



Daltro Pereira

Título profissional: Engenheiro civil

Representação: Tocantins - Civil

Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023

Contato: cons.daltro@confea.org.br

Suplente: Nivaldo Sampaio Pedrosa



Daniel Sobrinho

Título profissional: Engenheiro eletricista

Representação: Pará - Elétrica

Mandato: 01/01/2020 a 31/12/2022

Contato: cons.danielsobrinho@confea.org.br

Suplente: Manuel José Menezes Vieira



Daniel Roberto Galafassi

Título profissional: Engenheiro agrônomo

Representação: Paraná - Agronomia

Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023

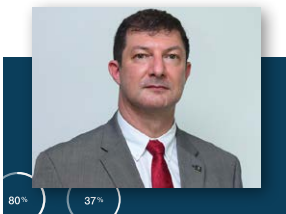
Contato: cons.danielgalafassi@confea.org.br

Suplente: Márcia Helena Laino



Domingos Sahib Neto

Título profissional: Engenheiro civil
Representação: Mato Grosso do Sul - Civil
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
Contato: cons.domingosneto@confea.org.br
Suplente: Vinícius Ribeiro



Evânio Ramos Nicoleit

Título profissional: Engenheiro eletricista
Representação: Santa Catarina - Elétrica
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
Contato: cons.evanionicoleit@confea.org.br
Suplente: André Luiz Grigolo



Francisco Lira

Título profissional: Engenheiro agrônomo
Representação: Piauí - Agronomia
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
Contato: cons.franciscolira@confea.org.br
Suplente: Alan Michel Gomes Bomfim



Genilson Pavão Almeida

Título profissional: Engenheiro eletricista
Representação: Maranhão - Elétrica
Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023
Contato: cons.genilsonpavao@confea.org.br
Suplente: Francisco de Assis Peres Soares



Gilson de Carvalho Queiroz Filho

Título profissional: Engenheiro civil
Representação: Minas Gerais - Civil
Mandato: 01/01/2020 - 31/12/2022
Contato: cons.gilsonqueiroz@confea.org.br
Suplente: Ivo Silva de Oliveira Júnior



João Carlos Pimenta

Título profissional: Engenheiro civil
Representação: Distrito Federal - Civil
Mandato: 01/01/2020 a 31/12/2022
Contato: cons.pimenta@confea.org.br
Suplente: Maurício Canovas Segura



Jorge Bitencourt

Título profissional: Engenheiro eletricista
Representação: Instituições de Ensino de Engenharia
Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023
Contato: cons.jorgebitencourt@confea.org.br
Suplente: Wiliam Alves Barbosa



José Miguel de Melo Lima

Título profissional: Engenheiro eletricista
Representação: Ceará - Elétrica
Mandato: 01/01/2020 a 31/12/2022
Contato: cons.miguelmelo@confea.org.br
Suplente: Alexandre Rocha Filgueiras



Lucas Carneiro

Título profissional: Engenheiro mecânico
Representação: Roraima - Industrial
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
Contato: cons.franciscolucas@confea.org.br
Suplente: Marcelo Chaves



Luiz Antonio Corrêa Lucchesi

Título profissional: Engenheiro agrônomo
Representação: Instituições de Ensino de Agronomia
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
Contato: cons.lclucche@confea.org.br
Suplente: José Barbosa



Mário Cavalcanti

Título profissional: Geólogo
Representação: Mato Grosso - Industrial
Mandato: 01/01/2022 a 31/12/2024
cons.mariocavalcanti@confea.org.br
Suplente: **Sebastião Weis**



Michele Costa

Título profissional: Engenheira mecânica
Representação: Bahia - Mecânica
Mandato: 01/01/2021 a 31/12/2023
Contato: cons.michele@confea.org.br
Suplente: **Marjorie Csekö Nolasco**



Renan Azevedo

Título profissional: Engenheiro de minas
Representação: Paraíba - Engenharia
Mandato: 01/01/2020 a 31/12/2022
Contato: cons.renanazevedo@confea.org.br
Suplente: **Vicente de Paula Lucena de Oliveira**



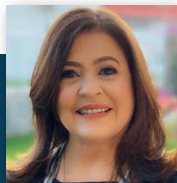
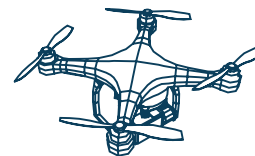
Ricardo Luiz Lüdke

Título profissional: Engenheiro florestal
Representação: Amazonas - Agronomia
Mandato: 01/01/2020 a 31/12/2022
Contato: cons.ricardoludke@confea.org.br
Suplente: **Alzira Miranda**



Presidentes de Creas em 2021-2023

(Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia)



Eng. Civ. Carmem Bastos Nardino

Presidente do Crea-AC

gabinete@creaac.org.br

(68) 3214-7550



Eng. Civ. Rosa Maria Barros Tenório

Presidente do Crea-AL

presidente@crea-al.org.br

(82) 2123-0852



Eng. Civ. Afonso Luiz Costa Lins Júnior

Presidente do Crea-AM

gapre@crea-am.org.br

(92) 2125-7111 | (92) 2125-7131 | (92) 2125-7182 | (92) 2125-7111



Eng. Civ. Edson Kuwahara

Presidente do Crea-AP

gab@creaap.org.br

(96) 3223-4008



Eng. Agrim. Joseval Costa Carqueija

Presidente do Crea-BA

presidente@creaba.org.br

(71) 3453-8903



Eng. Civ. Emanuel Maia Mota

Presidente do Crea-CE

presidencia@creace.org.br

(85) 3453-5828



Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có

Presidente do Crea-DF

presidencia@creadf.org.br

(61) 3961-2800



Eng. Agr. Jorge Luiz e Silva

Presidente do Crea-ES

presidencia@creaes.org.br

(27) 3334-9910



Eng. Civ. Lamartine Moreira Junior

Presidente do Crea-GO

presidencia@creago.org.br

(62) 3221-6209



Eng. Civ. Luís Plécio da Silva Soares

Presidente do Crea-MA

gabinete@creama.org.br

(98) 2106-8336



Eng. Civ. Lucio Fernando Borges

Presidente do Crea-MG

presidencia@crea-mg.org.br

(31) 3299-8850



Eng. Agrim. Vânia Abreu de Mello

Presidente do Crea-MS

presidencia@creams.org.br

(67) 3368-1001



Eng. Civ. Juares Silveira Samaniego

Presidente do Crea-MT

crea-mt@crea-mt.org.br

(65) 3315-3034



Eng. Civ. Carlos Renato Milhomem Chaves

Presidente do Crea-PA

presidencia@creapa.com.br

(91) 3219-1115



Eng. Eletric. Orlando Cavalcanti Gomes Filho

Presidente do Crea-PB (em exercício)

creapb@creapb.org.br

(83) 3533-2500



Eng. Civ. Adriano Antonio de Lucena

Presidente do Crea-PE

presidente@creape.org.br

(81) 3423-4383 | (81) 3231-5574



Eng. Agr. Raimundo Ulisses de Oliveira Filho

Presidente do Crea-PI

presidencia@crea-pi.org.br

(86) 2107-9254 | (86) 2107-9252



Eng. Civ. Ricardo Rocha de Oliveira

Presidente do Crea-PR

presidencia@crea-pr.org.br

(41) 3350-6911 | (41) 3350-6700



Eng. Eletric. e de Seg. do Trab. Luiz Antonio Cosenza

Presidente do Crea-RJ

presidente@crea-rj.org.br

(21) 2179-2000 | (21) 2179-2215



Eng. Civ. Ana Adalgisa Dias Paulino

Presidente do Crea-RN

gabinete@crea-rn.org.br

(84) 4006-7200 | (84) 3206-5362



Eng. Ftal. Carlos Antônio Xavier

Presidente do Crea-RO

gabinete@crearo.org.br

(69) 2181-1095 | (69) 2181-1059



Eng. Civ. Neovânio Soares Lima

Presidente do Crea-RR

gab@crearr.org.br

(95) 3224-9093



Eng. Amb. Nanci Cristiane Josina Walter

Presidente do Crea-RS

presidente@crea-rs.org.br

(51) 3320-2100 | (51) 3320-2266 | (51) 3320-2262

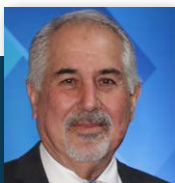


Eng. Civ. Carlos Alberto Kita Xavier

Presidente do Crea-SC

presidente@crea-sc.org.br

(48) 3331-2001 | (48) 3331-2003



Eng. Civ. Jorge Roberto Silveira

Presidente do Crea-SE

presidencia@crea-se.org.br

(79) 3234-3000

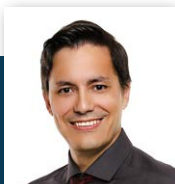


Eng. Telecom. Vinicius Marchese Marinelli

Presidente do Crea-SP

presidente@creasp.org.br

(11) 3095-6400 | (11) 3095-6421 | (11) 3095-6421

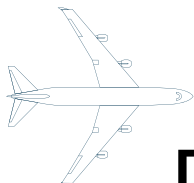


Eng. Civ. Daniel Iglesias de Carvalho

Presidente do Crea-TO

presidencia@crea-to.org.br

(63) 3219-9819 | (63) 3219-9800



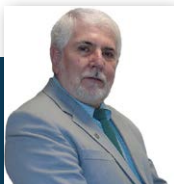
Diretoria Executiva da Mútua em 2021-2022



MCS-51 #AT89552



**Engenheiro Agrônomo
Francisco Almeida
Diretor-Presidente**



**Engenheiro Civil
Carlos Vilhena
Diretor de
Benefícios**



**Engenheiro Agrônomo
Arício Resende
Diretor
Financeiro**



**Engenheira Agrônoma
Giucelia Figueiredo
Diretora
Administrativa**



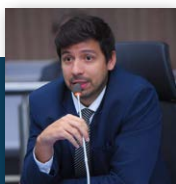
**Geólogo
Waldir Costa
Diretor de
Tecnologia**

→ → Núcleo de Assessoria Parlamentar do Confea



Denise Castro

denise.castro@confea.org.br
(62) 98308-9606



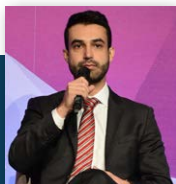
Guilherme Cardozo

guilherme.cardozo@confea.org.br
(61) 99297-2752



José Maria Paula Soares

jose.soares@confea.org.br
(44) 99972-1438



Walter Bittar

walter.bittar@confea.org.br
(61) 99952-1192



agronomia_

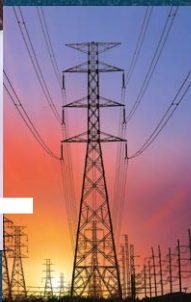


18R/36L
18C/36C
18L/36R
09/27



1360
L/36

+0,46%



geociências_

56455 60
00000000025
222222222222



engenharia_



MUTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

